

Fernando Bizerro/Câmara



## Plenário reverencia memória de Ulysses, o timoneiro do PMDB

Os restos mortais do velho timoneiro do PMDB, desaparecido tragicamente há 15 anos, jamais foram encontrados, mas suas lições jamais se perderam, segundo um dos nove senadores que prestaram homenagem a Ulysses Guimarães ontem no Plenário. **Página 4**

## Plano pode cobrir gasto de acompanhante de idosos

Benefício atribuído pela lei aos menores de 18 anos, em caso de internação, pode ser estendido aos maiores de 60 anos

Os planos e seguros de saúde podem ser obrigados a pagar despesas de acompanhantes de idosos em hospitais, em caso de internação. O benefício – que já contempla os menores de 18 anos – pode ser estendido a quem tem mais de 60, em cumprimento ao Estatuto do Idoso. Proposta nesse sentido, aprovada pela Comissão de Direitos Humanos, será analisada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Página 5**

## Reserva de mercado para audiovisual é criticada

Projeto que torna privativas de brasileiros as atividades no setor de audiovisual recebe críticas de participantes de audiência na Comissão de Educação. **Página 6**

## Juros em queda melhoram as contas do governo

Relator-geral do Orçamento afirma em audiência pública em Salvador que 2008 terá patamar de despesas inferior ao do corrente ano. **Página 2**

## Fundo deve liberar verbas para Centro-Oeste, dizem senadores

Desde 1989, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste aplicou R\$ 13 bilhões na região, de acordo com informações do Banco do Brasil, gestor dos recursos. Mas, em audiência pública, vários senadores reclamaram do volume dos desembolsos e sugeriram o repasse por intermédio de outras instituições além do Banco do Brasil. **Página 8**

## Exército quer dinheiro para se reaparelhar

Com equipamentos da época da 2ª Guerra Mundial, o Exército brasileiro pediu mais dinheiro do Orçamento da União para se reaparelhar e aumentar a eficácia da vigilância na fronteira. O comandante da Força, Enzo Peri, depôs ontem na Comissão de Relações Exteriores. **Página 7**



Célio Azevedo

José Cruz



Lúcia Vânia preside audiência com a presença de Antonio Francisco, do Banco do Brasil



General Enzo Peri, ao lado de Heráclito Fortes, dirige-se a audiência no Senado

Relator da proposta orçamentária para 2008, deputado José Pimentel ressalta programação de despesas em patamar inferior ao projetado para o ano antecedente

## Redução dos juros contribui para queda de gastos orçamentários

A queda dos juros fará com que a União, em 2008, comece um novo período orçamentário, pela primeira vez, com uma programação de despesas em patamar inferior ao projetado para o ano antecedente. A observação foi feita ontem, em Salvador, pelo relator geral da proposta orçamentária para 2008, deputado José Pimentel (PT-CE). Ele observou que o projeto do Executivo chegou ao Congresso com uma previsão de gastos da ordem de R\$ 1,36 trilhão, enquanto a proposta para 2007 somava R\$ 1,41 trilhão.

– Pela primeira vez, o governo vai pagar menos juros [da dívida pública] do que no ano anterior, o que só está sendo possível porque a taxa será menor que 12% ao ano – registrou.

Salvador foi o local do sexto seminário, dentre os oitos programados pela Comissão Mista de Orçamentos (CMO) para debater com a sociedade a Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA) para o período 2008-2011. O evento foi realizado no plenário da Câmara Municipal da capital baiana, com a participação de associações comunitárias, do prefeito João Henrique Carneiro e de secretários da administração municipal e estadual, além de vereadores da cidade.

Pimentel informou aos participantes que os recursos para investimentos já reservados à Bahia, no próximo Orçamento, alcançam



Reunião em Salvador detalha projeção de investimentos em rodovias e irrigação na Bahia

R\$ 1,84 bilhão. É o maior Orçamento entre todos os estados nordestinos, contemplados em seu conjunto com investimentos da ordem de R\$ 11,9 bilhões.

O relator disse que a proposta orçamentária está atendendo a pleito, sempre cobrado pelos parlamentares do estado, para recuperação da malha rodoviária federal em território baiano. Segundo ele, a programação de obras envolve R\$ 447,32 milhões, com recursos para todas as BRs. A construção de contornos ferroviários para desviar o curso de linhas férreas de centro urbanos – outro item da pauta de reivindicações – vai receber recursos de cerca de R\$ 75 milhões.

Na lista das prioridades, constam também os projetos de irrigação, área em que o estado está sendo atendido com cerca de R\$ 131 milhões. Para obras de re-

visão do rio São Francisco, inclusive projetos de saneamento básico em cidades ribeirinhas que se destinam a conter o avanço da poluição das águas, as despesas chegam a R\$ 394,3 milhões.

### Nova ferrovia

O prefeito João Henrique comunicou que estava encaminhando uma lista de reivindicações aos parlamentares do estado. Representando o governador Jaques Vagner, o secretário do Planejamento do Estado, Ronald Lobato, cobrou a efetiva implantação da ferrovia Leste-Oeste, que deve ligar o oeste do estado ao litoral.

O relator do PPA 2008-2011, Cláudio Vignatti (PT-SC), informou que a ferrovia Leste-Oeste está contemplada na proposta e que o Bolsa Família vai absorver R\$ 43,89 milhões, para atendimento de 11 milhões de famílias.

## Valter Pereira será o relator de representação contra Gim Argello

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) anunciou ontem que vai requisitar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) os documentos relativos ao processo contra Gim Argello. Essa será sua primeira providência depois de ter sido nomeado para relatar a petição (PCJ 1/07) na qual o PSOL solicita que a decisão da Mesa do Senado, de arquivar a representação contra o senador Gim Argello (PTB-DF), seja revista.

O relator, que tem prazo de 20 dias para apresentar seu parecer, disse que antes de elaborá-lo vai oferecer ao senador Gim a oportunidade para que se manifeste, se quiser, a respeito do assunto.

A designação de Valter Pereira para a relatoria da petição foi feita pelo presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE). A Mesa arquivou a representação do PSOL em 21 de agosto deste ano por entender que não caberia processo no Conselho de Ética em relação a fatos acontecidos antes da posse do senador.

A representação foi apresentada



Marcia Kolome

Valter irá requisitar à Comissão de Justiça documentos sobre processo contra Argello

pelo PSOL em 17 de julho, dia da posse de Gim Argello, que assumiu o mandato após a renúncia de Joaquim Roriz, de quem era suplente. O PSOL pedia ao Conselho de Ética abertura de processo para investigar suposta participação de Gim Argello nos crimes investigados pela Operação Aquarela da Polícia Civil do Distrito Federal e pelo Ministério Público Federal, que apuram o desvio de recursos do Banco de Brasília.

A assessoria de Gim Argello informou que o senador nunca foi notificado a prestar esclarecimentos à Polícia Civil ou ao Ministério Público Federal.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão destinada a debates

O Plenário realiza, a partir das 9h, sessão não-deliberativa. Sem a votação de projetos, ela é reservada a pronunciamento de senadores, a comunicados da Mesa diretora e à apresentação e leitura de matérias. Na terça-feira, os parlamentares retomam a discussão do projeto de lei de conversão que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo.

### Comissão de Orçamento estará em João Pessoa

Às 9h, começa, em João Pessoa, a sétima audiência pública externa da Comissão Mista de Orçamento (CMO), destinada a ampliar a participação popular na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2008/2011 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2008, com reuniões nas cinco regiões brasileiras.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Renan Calheiros, Heráclito Fortes, Neuto de Conto e João Durval

Decisão de Valdir Raupp pela substituição dos peemedebistas na CCJ é vista por Cristovam Buarque como manipulação em favor de “grupo sob suspeição”

## Líder do PMDB tira Simon e Jarbas da Comissão de Justiça

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (PMDB-RO), destituiu ontem de suas vagas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) os senadores Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE). De acordo com requerimentos lidos em Plenário, Simon e Jarbas serão substituídos por Paulo Duque (RJ) e Almeida Lima (SE), respectivamente.

A decisão motivou protesto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) em Plenário. Ele defendeu a renúncia coletiva dos integrantes de Comissão de Justiça, de forma a deixar clara o que ele considera uma “manipulação” do Senado pelo grupo ligado ao presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL).

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem que nem ele nem o governo interferem em decisões de líderes de bancadas, mas reconheceu que o conflito dentro do PMDB pode dificultar as gestões que vem fazendo para recompor a base governista. Na semana passada, o partido conseguiu derrubar a medida provisória



Requerimento de Raupp determinando a troca de senadores foi lido em Plenário

que criava a Secretaria Especial de Planejamento de Longo Prazo e cerca de 600 cargos em órgãos públicos.

– Esse é mais um tumulto, mas a questão deve ser administrada pela bancada – assinalou Jucá.

O senador disse acreditar que a decisão de Raupp não faz parte de uma estratégia para fortalecer Renan, depois que a Comissão de Justiça aprovou, na quarta-feira, projeto de resolução prevendo o afastamento de senadores de cargos quando forem processados por quebra de decoro.

Por volta das 19h30 de ontem,



Atitude contrária tradição de respeito à opinião dos parlamentares, afirma Maciel

o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), divulgou nota sobre a destituição dos parlamentares peemedebistas. “Fiquei surpreendido com a decisão do líder do PMDB, senador Valdir Raupp, de afastar os ilustres e operosos senadores Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon da condição de membros titulares da CCJ. Minha estranheza é tanto maior quando se sabe que tal procedimento não está em harmonia com as tradições da Casa, caracterizada pelo respeito às opiniões dos parlamentares”, diz Maciel na nota.

## Cristovam vê golpe na substituição dos parlamentares e cobra reação

Ao ser informado sobre a substituição de Jarbas Vasconcelos e Pedro Simon, o senador Cristovam Buarque antecipou que conversará com outros senadores sobre que atitude tomar a respeito dessa medida.

Cristovam disse ter ficado mais surpreso ainda pelo fato de a decisão somente ter sido comunicada em Plenário depois das 18h de ontem, quando a maioria dos senadores já tinham deixado a Casa e embarcado para passar o final de semana com suas bases, nos respectivos estados.

– Por que não disseram isso ontem [quarta-feira], quando havia aqui 70 senadores? Que razão o partido teria para tirar homens como Simon e Jarbas, a não ser a tentativa de calar os dois naquela comissão? Se for isso, é um golpe. O Senado está chegando ao limite de tolerância – afirmou. Dizendo ter ficado fortemente indignado com a substituição dos dois peemedebistas na CCJ,

Cristovam indagou até quando a Casa tolerará que o regimento continue sendo utilizado para beneficiar “um ou outro grupo, inclusive sob suspeição”.

– Temos que fazer algo. Vale a pena continuar participando nessas comissões ou temos que dizer ao povo, não com palavras, mas com algum gesto, que não aceitamos mais o Parlamento ser vilipendiado – afirmou.

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) – que presidia a sessão no momento da leitura dos requerimentos do líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), substituindo Simon e Jarbas – solidarizou-se com os senadores afastados.

– Por dever de ofício tive que ler os requerimentos da troca dos dois senadores na CCJ, mas não gostaria de tê-lo feito. Me sinto desenhado e faço questão de registrar – disse Neuto de Conto.

### DRU

Cristovam também comentou artigo da presidente do Faça Par-



Cristovam Buarque: “Não podemos mais aceitar o Parlamento ser vilipendiado”

te – Instituto Brasil Voluntário, Milu Villela, publicado na *Folha de S. Paulo*. No texto, intitulado “Mais recursos para a educação”, ela defende a não-renovação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que está embutida na proposta de emenda sobre a CPMF.

Através da DRU, o governo pode aplicar em outras áreas até 20% de todos os impostos que, pela Constituição, deveriam ser destinados à educação. Cristovam anunciou que vai lutar para que o seu partido não feche questão a favor desse ponto. O PDT, disse, já anunciou posição favorável à prorrogação da CPMF.

## Almeida Lima relatará processo sobre denúncia de propina em ministérios

A representação que corre no Conselho de Ética contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, movida pelo PSOL, que tem como objeto um suposto esquema para arrecadação de fundos em ministérios controlados pelo PMDB, será relatada pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE).

Como co-relator da primeira representação contra Renan, Almeida Lima pediu o arquivamento do processo, apresentando voto em separado contrário ao dos dois outros relatores, Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), que pediram a cassação do presidente do Senado. Essa representação, que tratava de pagamentos feitos por Renan à jornalista Mônica Veloso, foi arquivada por decisão do Plenário tomada em 12 de setembro.

O presidente do Conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), disse que ainda não conseguiu chegar a um nome para relatar outra representação contra Renan, movida pelo PSDB e o DEM, por suposta utilização de “laranjas” na compra de um jornal e duas emissoras de rádio em Alagoas. Dois



Segundo Quintanilha, senadores se dizem atarefados demais para assumir relatoria

senadores foram convidados para relatar esse processo, mas ainda não responderam.

– Estou tendo dificuldades para encontrar um relator para esse processo porque, além de essa não ser uma tarefa agradável, os senadores alegam estar bastante atarefados – afirmou.

Na segunda-feira, Quintanilha havia decidido pela unificação dos dois processos em um único procedimento e, para isso, tinha nomeado Almeida Lima, que assumiria a relatoria conjunta. Mas acabou revendo sua decisão após ouvir integrantes do colegiado.

## Relator pede explicações à Schincariol sobre compra de fábrica

João Pedro (PT-AM), relator do processo que apura denúncia de que o presidente do Senado, Renan Calheiros, teria feito tráfico de influência para favorecer a cervejaria Schincariol, deverá enviar hoje aos representantes da empresa um ofício solicitando explicações sobre a compra de uma fábrica de refrigerantes do deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão de Renan.

A representação contra o presidente do Senado, protocolada pelo PSOL com base em denúncias de *Veja*, investiga se ele intercedeu a favor da Schincariol para quitar dívidas da cervejaria perante o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Receita Federal, depois de a empresa ter pago R\$ 27 milhões pela fábrica de Olavo Calheiros. Na reportagem, a revista afirma que a fábrica estava prestes a fechar, o valor não superava R\$ 10 milhões e que as dívidas da Schincariol com o governo eram de R\$ 100 milhões.

Segundo João Pedro, o ofício tem como objetivo esclarecer algumas dúvidas a respeito dos



João Pedro: objetivo é colher informações sobre valores e motivo da aquisição

valores pagos pela Schincariol na compra da fábrica de refrigerantes de Olavo Calheiros, bem como o motivo da aquisição e a forma de pagamento estipulada em contrato.

O senador lembrou ainda que, na última reunião do conselho, na terça-feira, o processo do qual é relator foi suspenso por 30 dias, para aprofundar as investigações e possibilitar a apresentação de um relatório no mesmo dia em que forem analisados os outros dois processos a que Renan responde no colegiado.

# Plenário lembra 15 anos da morte de Ulysses Guimarães

Fernando Bizerra/Câmara



Ulysses Guimarães ergue, em 1988, a Constituição elaborada pela assembléia que ele presidiu

O Senado homenageou ontem a memória do deputado Ulysses Guimarães, ex-dirigente do PMDB que teve a tarefa de presidir a Assembléia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da atual Constituição, por ele batizada de “Constituição-cidadã”. Ulysses desapareceu de forma súbita no mar, em acidente com o helicóptero que o transportava, há 15 anos.

Em discursos, vários senadores lembraram os momentos marcantes da vida política de Ulysses, em especial sua luta contra o regime militar. Foi durante a campanha como anticandidato a presidente da República, em 1973, quando vigorava o sistema de escolha indireta do mandatário do país, que Ulysses se

notabilizaria como uma das lideranças mais respeitadas contra a ditadura. A estratégia era aproveitar as eleições indiretas no Colégio Eleitoral para fazer uma pregação nacional contra esse instrumento do regime militar. Mesmo tendo sido impedido pelo arbítrio de disputar a Presidência, a estratégia levou a oposição a obter retumbante vitória nas eleições parlamentares de 1974.

O lançamento da campanha Diretas Já, em 1984, foi outro importante momento da trajetória política do deputado que marcou a história do país. Apesar de a Emenda Dante de Oliveira não ter sido aprovada e as eleições para presidente terem sido indiretas, a campanha acabou influenciando a vitória do civil Tancredo Neves no Colégio Eleitoral.

## ▼ Papel decisivo no retorno à democracia

A contribuição de Ulysses Guimarães à vida pública brasileira adquire dimensão peculiar pela sua presença decisiva em todos os momentos cruciais dos embates e das negociações que se travaram para a reconquista da democracia.

Nascido em Rio Claro (SP) em 1916, foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Formou-se pela Faculdade de Direito da USP. Seguindo carreira política, foi eleito deputado estadual em São Paulo (1947) e líder da bancada do PSD na Assembléia. Eleito deputado federal em 1950, reelegeu-se consecutivamente para o Congresso Nacional, onde atuou até sua morte.

Foi ministro da Indústria e Comércio no gabinete Tancredo Neves durante o breve período parlamentarista (1961-1962). Em 1965, no bipartidarismo, esteve entre os fundadores do partido de oposição ao governo, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com o início da distensão política, foi um dos fundadores e presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB (1980), e participou da campanha pelas eleições diretas (1984) que resultou na eleição indireta de Tancredo de Almeida Neves contra Paulo Maluf.

Desapareceu em 1992, durante uma tempestade no mar, próximo a Parati, Rio de Janeiro, quando o helicóptero em que viajava com a esposa e amigos caiu no mar. O desastre não teve sobrevivente e seu corpo jamais foi encontrado.

### RENAN CALHEIROS

#### Exemplo de coerência política e moral

“O dr. Ulysses nos deixou um exemplo ímpar de coerência política e moral, a que podemos nos voltar, em busca de inspiração”, afirmou Renan Calheiros.

O presidente do Senado disse que o Brasil perdeu, há 15 anos, “não apenas um grande homem; não apenas um político extremamente talentoso, mas uma figura imprescindível”. O senador recordou o papel de Ulysses Guimarães durante a redemocratização do país e na presidência da Assembléia Nacional Constituinte. “Não há paralelo, na história recente do país, de outra trajetória política que tenha abarcado tantas posições-chave em tão curto período.”

### JARBAS VASCONCELOS

#### “Virar governo fez mal ao PMDB”

Ao reverenciar a memória do deputado paulista, que também pertencia ao PMDB, Jarbas Vasconcelos (PE) não poupou críticas ao seu partido.

– Hoje, às vésperas dos 15 anos do desaparecimento de Ulysses Guimarães, devo admitir que virar governo fez mal ao PMDB – afirmou.

Jarbas disse que lembrar Ulysses é fazer um elogio ao exercício da política com letra maiúscula; é destacar o que a democracia tem de melhor; “é estabelecer um núcleo de resistência aos devaneios de quem quer aproveitar as aberturas democráticas para se perpetuar no poder”.

### GERSON CAMATA

#### Escolha de bandeiras grandiosas a defender

“A grandeza das bandeiras que Ulysses colocava nas mãos dos companheiros de partido”, como as campanhas pela Anistia, pelas eleições diretas para a Presidência da República e pela Constituinte, foi ressaltada por Gerson Camata (PMDB-ES).

Ele citou frase do deputado no lançamento da campanha Diretas Já: “Os governadores eleitos pelo povo não poderão conviver com um ditador no Planalto”.

– Somente o Papa conseguiu reunir tanta gente quanto ele aqui no Brasil – destacou o senador.

Camata disse que, hoje, o PMDB precisa desse tipo de bandeira e de ser menos fisiológico.

### VALTER PEREIRA

#### Um dos maiores políticos brasileiros

Para Valter Pereira (PMDB-MS), qualquer coisa que se diga sobre Ulysses Guimarães ficará muito aquém daquilo que realmente ele significa para a política e a história deste país.

O senador lembrou a trajetória política do deputado e ex-presidente do PMDB.

– Os restos mortais do velho timoneiro nunca foram encontrados, mas suas lições e exemplos jamais foram perdidos. Exatamente como os grandes heróis e os grandes mitos. Diferentemente do Ulisses grego, o nosso se revelaria mais tarde o guerreiro da palavra que liberta e edifica, da paixão pelas idéias, pela vida.

### HERÁCLITO FORTES

#### Vocação para ser um homem público

Segundo Heráclito Fortes (DEM-PI), Ulysses Guimarães foi “o mais vocacionado homem público” com quem ele teve oportunidade de conviver.

Ele lembrou a frase que Ulysses disse a Tancredo Neves, para convencê-lo a disputar a Presidência no Colégio Eleitoral: “Vamos de nariz tampado. É a única via, mas nós só vamos chegar a eles se trouxermos a rua conosco”. E lembrou que, quando tentaram convencer Ulysses a assumir a Presidência durante a doença de Tancredo, ele respondeu que não estragaria com “vícios inconstitucionais” uma caminhada que custara tanto.

### PEDRO SIMON

#### “Deputado recusava-se a falar sobre morte”

O motivo de até hoje o corpo de Ulysses Guimarães nunca ter sido encontrado intriga Pedro Simon (PMDB-RS).

– Em um célebre discurso, doutor Ulysses disse que, se um dia víssemos passar um enterro com o seu caixão na frente, poderíamos dizer que ali estava um homem revoltado por ter morrido contra a sua vontade. O destino quis que não víssemos esse caixão – contou Simon.

O senador lembrou a época da ditadura militar, quando Ulysses se recusou a aderir à luta armada. “Ele sabia que aquele não era o melhor caminho”, frisou.

### EDUARDO SUPLYCY

#### Conselheiro no início da vida política

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recordou, emocionado, que Ulysses foi seu conselheiro quando decidiu ingressar na vida política e disputar um mandato parlamentar em 1978.

– Quando o ouvi nos extraordinários comícios das Diretas Já, a sua palavra me soava como uma luz de ensinamento importante. Muitas vezes ouvi do próprio presidente Lula que deveríamos ter aceito a união com Ulysses Guimarães naquele momento das eleições de 1989. Ele próprio avaliou que tanto ele como o Partido dos Trabalhadores cometeram um erro ali – declarou.

### JOSÉ NERY

#### Conquista de avanços na Constituinte

O Brasil “deve muito à renúncia, à tenacidade e à dedicação de Ulysses”, afirmou José Nery (PSOL-PA). “Iniciei minha militância política no interior do Ceará, admirando o PMDB autêntico, representado por Ulysses, Paes de Andrade, Jarbas Vasconcelos e Marcos Freire, entre outros”, contou o senador.

José Nery destacou ainda o papel de Ulysses durante a Assembléia Constituinte, como negociador dos temas mais delicados, e disse que o deputado conseguiu avanços importantes no capítulo dos direitos do povo e da cidadania.

### ALOÍZIO MERCADANTE

#### Capacidade de agregar e articular

A capacidade de articular e de agregar, e a coragem cívica de se opor à ditadura foram características de Ulysses Guimarães destacadas por Aloizio Mercadante (PT-SP).

– Ulysses não começou a luta pela democracia quando ela ganhava as ruas nas grandes manifestações; começou muito antes, quando poucos se opunham verdadeiramente à presença opressora de um regime militar – disse.

Mercadante afirmou que Ulysses foi um dos maiores símbolos da representação parlamentar: “Sua biografia é verdadeiramente a Câmara dos Deputados.”

## Campos sugere limite para isenção de Imposto de Renda de idoso

O senador Jayme Campos (DEM-MT) disse ontem que pretende sugerir um limite na isenção da cobrança do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) nos rendimentos de aposentadoria e pensão. Seria uma forma de aperfeiçoar o projeto que dispensa a cobrança desse tributo dos maiores de 70 anos, do qual é relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O limite na isenção, segundo ele, evitaria privilégios aos detentores de altas aposentadorias, em detrimento daquelas pessoas que recebem pensões de menor valor.

Jayme Campos afirmou que a idéia de estabelecer um limite de isenção surgiu após conversa com os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Paulo Paim (PT-RS) e Flávio Arns (PT-PR) durante a discussão da matéria na CAS, na quarta-feira. O projeto (PLS 421/07) é de autoria de Efraim Moraes (DEM-PB).

– Não há dúvida de que o projeto do senador Efraim se reveste de legitimidade e justiça, preconizando melhores condições de subsistência para antes que perderem sua perfeita capacidade laboriosa – declarou Campos.

Ele também adiantou que vai



Geraldo Almeida

**Jayme Campos afirma querer evitar privilégios a quem tem aposentadoria alta**

apresentar proposta para alterar a Lei 9.656/98, que dispõe sobre os serviços privados de assistência à saúde, para propor a adoção de um redutor na mensalidade dos planos de saúde dos cooperados que tenham acima de 70 anos de idade e mais de 20 anos de contribuição. Segundo ele, o Brasil tem hoje 16 milhões de pessoas com idade acima de 60 anos que devem ser olhados com “mais atenção” pelo mercado.

– Considero que estaremos promovendo justiça a milhares de brasileiros que, não podendo contar com um serviço público minimamente eficaz, recorrem a empresas e cooperativas – frisou.

## Marisa Serrano apóia Yeda Crusius em sua luta para equilibrar contas

Marisa Serrano (PSDB-MS) manifestou em discurso total apoio à governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, que vem colocando em prática um severo programa de ajuste fiscal, na tentativa de equilibrar as finanças estaduais.

Ela informou que a governadora “teve a coragem” de enviar nesta semana ao Legislativo projeto que institui uma Lei de Responsabilidade Fiscal do estado, a qual define com clareza limites de gastos com pessoal, com o Legislativo e com o Judiciário.

Lembrando sua condição de descendente de gaúchos que foram para Mato Grosso, a senadora afirmou que Yeda Crusius executa o programa que prometeu na campanha eleitoral. Segundo Marisa, muitos não acreditaram que a governadora tivesse a coragem de executar um ajuste fiscal, mas ela tem conquistado novos aliados e o apoio da população.

A parlamentar explicou a necessidade do ajuste: o Rio Grande do Sul é a unidade da Federação que mais gasta com pessoal, sendo obrigado a direcionar para salários e aposentadorias 67% de sua



Márcia Kolime

**Marisa Serrano diz que o RS gasta 67% de sua receita com salários e aposentadorias**

receita líquida. A situação é mais crítica porque 52% das verbas para pessoal são destinadas a pagar aposentadorias, sobrando apenas 48% para os servidores da ativa. Além disso, conforme Marisa Serrano, o estado é o que menos realiza investimentos, o que compromete seu desenvolvimento.

As medidas de redução das despesas da máquina pública gaúcha buscam reduzir o “monumental déficit de R\$ 2,4 bilhões para este ano”.

– Às vezes, medidas impopulares necessitam ser tomadas para que todos possam ser beneficiados – observou a senadora.

Projeto de Lúcia Vânia aprovado pela CDH visa atender exigência do Estatuto do Idoso, que garante ao maior de 60 anos o direito de ser acompanhado em casos de internação

## Planos poderão cobrir despesas de acompanhantes de idosos

Os idosos que têm planos e seguros de saúde privados poderão conquistar o direito de ter as despesas com acompanhantes inteiramente cobertas pelo contrato, em caso de internação em hospitais credenciados. Parecer a projeto de lei nesse sentido, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A matéria será agora analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Pela legislação que dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei 9.656/98), somente os pacientes menores de 18 anos têm direito a acompanhantes. Segundo Lúcia Vânia, a proposta (PLS 317/07) aprovada visa atender a uma exigência do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), que garante ao maior de 60 anos o direito de ser acompanhado em casos de internação.

Em seu relatório favorável à proposta, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) destacou a necessidade de cumprimento do estatuto.

– É preciso considerar que o paciente idoso, em geral, é uma pessoa acometida de incapacidade funcional e de limitações de ordens física, cognitiva e sensorial e que demanda atenção especial – disse Quintanilha, que é presidente da Subcomissão do



J. Freitas

**Na reunião presidida por Flávio Arns, senadores apóiam nova regra para seguros de saúde**

Idoso, vinculada à CDH.

O senador Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que defender o direito dos idosos é garantir dignidade àqueles que contribuíram para o desenvolvimento do país. José Nery (PSOL-PA) mencionou a necessidade de se garantir dignidade e cidadania aos idosos, enquanto Sibá Machado (PT-AC) ressaltou que a matéria assegura uma “justiça mínima às pessoas com idade mais avançada”.

### Multa mínima

A CDH também aprovou projeto de resolução de Jayme Campos, que acatou parcialmente sugestão enviada pela Federação dos Trabalhadores Circulistas do Rio Grande do Norte. A entidade solicitou a elaboração de projeto de lei para garantir anistia das multas por atraso de declaração de Imposto de Renda das entida-

des comunitárias, bem como as filantrópicas e as sem fins econômicos, até o ano de 2006.

Jayme Campos optou por enquadrar as entidades como pessoas jurídicas sem fins lucrativos e incluí-las na lei que dispõe sobre a isenção de multas tributárias (Lei 10.426/02). Pelo texto do projeto, que passará a tramitar nas comissões permanentes da Casa, essas entidades terão de pagar uma multa mínima de R\$ 200 e, pelo prazo de 180 dias, ficam isentas das punições aplicáveis pela Secretaria da Receita Federal no caso de atrasarem a entrega de suas declarações, desde que se comprometam a regularizar a situação.

– A mera anistia, de forma ampla e incondicional, não nos parece justa. Adotamos um mecanismo de estímulo temporário à regularização – salientou.

## Os impactos do pagamento de precatórios para o idoso

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai realizar uma segunda audiência pública para tratar das questões atinentes ao pagamento de precatórios e seus impactos na vida do idoso. O requerimento para a discussão do assunto, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem e tem uma lista de 15 convidados, composta por presidentes e representantes de sindicatos, federações e associações ligadas ao assunto.

Requerimentos para a realização de outras quatro audiências públicas foram aprovados na reunião, três deles de iniciativa de Paim, que é presidente do colegiado. Em conjunto com as

comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a CDH vai debater o projeto de lei que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos (PLS 84/07). O Estatuto do Esporte e o reajuste anual do salário mínimo, duas propostas em tramitação no Congresso Nacional, também serão discutidos na comissão.

A CDH acatou ainda requerimento do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) para debate sobre a luta pela paz e a defesa da soberania das nações.

### Banco Central

Também foi aprovado requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) para que o colegiado

encaminhe ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, ofício solicitando que os dias parados dos servidores do Banco Central em decorrência de greve realizada neste ano, que já foram descontados em folha, segundo Paulo Paim, sejam pagos com a efetiva compensação por parte dos servidores.

– Foram descontados sete dias de trabalho. Considero que a reposição do serviço interrompido em regime de compensação, com esforço concentrado por parte dos servidores, é preferível, por evitar a ocorrência de prejuízos aos serviços do Banco Central e, por extensão, à sociedade brasileira – justificou Paim.

Problemas como restrição a investimento e risco de monopólio foram debatidos durante audiência na Subcomissão de Cinema

## Especialistas criticam lei do audiovisual

O projeto que trata da produção de conteúdo nacional para distribuição eletrônica foi criticado ontem por especialistas, reunidos em audiência na Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação (CE). Os convidados consideraram a proposta restritiva por impedir investimentos de capital estrangeiro no audiovisual produzido no país. Para os participantes, a iniciativa não leva em conta as inovações tecnológicas e a tendência para a convergência digital.

O projeto (PLS 280/07), de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tem como relator na CE Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O texto torna privativas de brasileiros as atividades de “produzir, programar e prover conteúdo para distribuição por meio eletrônico, independente das tecnologias utilizadas”. Também determina que a gestão de

empresas que geram conteúdo audiovisual fica obrigatoriamente a cargo de brasileiros. O descumprimento da lei redundaria no pagamento de multas de até R\$ 5 milhões.

O cineasta Cacá Diegues, um dos convidados para o debate, questionou por que o país nunca cria legislação “positiva” para “incentivar, promover, premiar” e disse que só se fala em “proibir, restringir e regular”. Ele sugeriu que o Brasil “pule por cima” das situações não resolvidas no século 20, como a falta de incentivo para a produção audiovisual nacional, e “tente se integrar ao século 21”. Para o cineasta, o país precisa lidar com a convergência tecnológica e com outras questões contemporâneas.

– O Brasil é um dos poucos países do mundo, por suas características culturais, étnicas, que pode construir uma cinema-

tografia nacional parecida com o que a produção de Hollywood representou para o século 20. Mas poderia fazer isso de um modo mais fraterno e humanista – observou.

Ele lembrou que, a partir da década de 1970, a produção de cinema começou a se popularizar em todo o mundo e hoje, por menor que seja, todos os países têm algum tipo de produção audiovisual. Para o cineasta, atualmente, com as novas tecnologias, não se pensa mais em produção de conteúdo feita por países e, sim, na criada por segmentos sociais que não se manifestavam antes do surgimento dessas tecnologias.

Diegues também afirmou que, com a globalização, o cinema mundial se tornou uma grande rede e que é “impossível impedir a participação de recursos estrangeiros”. Além disso, destacou, a nacionalidade de uma obra não é

definida só pela economia que a financia, mas também pelo “caráter” do conteúdo que possui.

– Um país sem um audiovisual próprio é como uma casa sem espelho: a gente nunca vai ver o nosso próprio rosto – opinou.

### Apoio

Ao contrário do cineasta, o diretor da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), José Carlos Torves, se disse favorável à proposta. O jornalista considera necessária uma legislação, “por mínima que seja”, para o setor. Segundo Torves, o projeto “minimamente dá conta da situação do audiovisual brasileiro”. Para ele, as TVs estrangeiras são hegemônicas nas transmissões por assinatura e “não traduzem a riqueza da cultura nacional”. Torves observou que os brasileiros assinam TV a cabo apenas para ter boa imagem na recepção de TVs abertas.



Márcia Kalume

Ideli afirma que suas emendas apoiaram o conjunto da agricultura familiar de SC

## Ideli nega manobra para “blindá-la” na CPI das ONGs

Em entrevista à imprensa, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), negou manobra do Planalto e de seu partido para blindá-la nas investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, instalada quarta-feira. De acordo com matérias publicadas ontem na imprensa, o Planalto e o PT teriam acertado, nos bastidores, veto à indicação de Valter Pereira (PMDB-MS) à relatoria da comissão, com o objetivo de proteger a senadora.

Conforme reportagem publicada na revista *Veja*, Ideli teria favorecido com emendas parlamentares uma entidade de Santa Catarina. Os recursos, que deveriam ser destinados a treinamento, não teriam sido usados ao fim a que se destinavam.

– Não devo e não temo. Não estou envolvida – frisou.

### Argumentos

Ideli alegou que, na investigação em curso sobre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetra-Sul), que teria recebido os recursos, não há referência a envolvimento seu ou de pessoas de seu gabinete. Apresentando documentos aos jornalistas, a senadora garantiu que nenhuma de suas emendas parlamentares, de 2004 a 2007, foram direcionadas para a Fetra-Sul, e sim para a agricultura familiar, após discussão com todas as entidades representantes do setor no estado.

Ela criticou a reportagem de *Veja* por citar apenas uma frase de e-mail seu enviado à Fetra-Sul comunicando a liberação de emendas de sua autoria. Segundo Ideli, se fosse publicada a íntegra da mensagem, “seria um desmentido cabal” da tentativa de ligar seu nome à investigação de desvios de recursos pela federação.

Durante a entrevista, a parlamentar confirmou celebração de acordo entre o PMDB e o PT para a indicação de Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a relatoria da CPI das ONGs.

## Para debatedor, projeto fere direito de expressão

Para o diretor-executivo da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura (ABPTA), Carlos Alkimim, o projeto que trata da produção de conteúdo brasileiro para distribuição eletrônica interveem em atividades privadas, não sujeitas a concessões, e interfere no direito de expressão, que é constitucional.

– Na prática, essa lei criará um monopólio de poucos grupos de mídia local, um monopólio nacionalista, que já se mostrou ineficaz desde os anos 80 – acredita.

Já o vice-presidente da Motion Picture Association, Steve Solot, sugeriu que o Brasil derrube barreiras como forma de aproveitar a convergência tecnológica e “deixe o mercado funcionar”. Para Solot, a interatividade do mundo digital é uma característica básica das novas tecnologias, que redundarão na democratização do setor audiovisual.

Representante do Ministério das Comunicações, Carlos Freire considerou importante o PLS 280/07 porque estabelece regras claras e gera um critério para definir o que é conteúdo brasileiro. Ele destacou, no entanto, que o projeto se refere mais ao setor de telecomunicações que ao de radiodifusão, no qual atua.



Cristovam Buarque (C), entre José Carlos Torves (E), Carlos Freire, Steve Solot, Cacá Diegues, Carlos Alkimim e Cláudio Magalhães

## Senadores defendem maior participação da sociedade

Durante a audiência na Subcomissão de Cinema, os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS) destacaram a importância de discutir projetos como o PLS 280/07, que trata da produção de conteúdo brasileiro para distribuição eletrônica. Ambos os parlamentares são autores do requerimento que determinou a realização do debate.

Arns externou também sua preocupação com a necessidade de incentivo e valorização das produções locais e regionais, algo não previsto no projeto em questão. Marisa Serrano, por sua vez, lembrou que a criação de uma TV pública pelo governo federal não será debatida pela sociedade, já que virá para o Congresso Nacional na forma de medida provisória.

– Com a globalização é difícil falar em nacionalismo. Não podemos restringir a criação, a produção e a comercialização do que é importante ao povo brasileiro. Não dá para restringir liberdade – destacou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) acredita não ser possível “frear a entrada do capital estrangeiro” para a produção de conteúdo nacional, assim como não é mais possível impedir a criação de conteúdo brasileiro gerado em outros países, uma vez que as tecnologias estão propiciando um processo de integração.

– Leis como essa não vão durar muito, mas é preciso proteger o patrimônio nacional. É necessário proteger empresas e produção cultural que sirvam a um projeto de impedir que a cultura brasileira

se dilua, embora a nossa cultura tenha que ser cada vez mais aberta às outras – afirmou.

O senador também lamentou não terem sido ouvidos na audiência representantes dos consumidores, para saber efetivamente o que os telespectadores brasileiros querem assistir na TV.

Presente ao debate, o vice-presidente da Associação Brasileira de Televisão Universitária, Cláudio Magalhães, destacou que as emissoras universitárias lutam por espaço para mostrar sua produção e que pretendem conseguir canais na TV digital, quando esta entrar em funcionamento. Magalhães ponderou que a legislação deve também considerar os jovens, que cada vez mais usam novas tecnologias, como mensagens por celulares e pela internet.

Segundo o comandante Enzo Martins Peri, Força necessita reaparelhar tropas e melhorar atividades de vigilância de fronteira

## General diz que Exército precisa de dinheiro

O comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, disse ontem, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que é preciso reestruturar a instituição diante da nova conjuntura do país e do mundo, alocando mais recursos no Orçamento da União para o reaparelhamento das tropas e melhoria das atividades de vigilância de fronteira.

O general relatou aos senadores a situação do Exército em termos de equipamentos, tropas, distribuição de atividades nas regiões do país e condições dos quartéis, particularmente na Amazônia. Segundo Peri, é necessário dar condições de operacionalidade aos quartéis que existem na fronteira para, posteriormente, aumentar o número de casernas.

O Brasil, conforme informou, é o país da América do Sul que proporcionalmente menos gasta com defesa, tem equipamentos muito antigos e um efetivo maior apenas

que o da Argentina. Atualmente, disse, 78% dos blindados têm mais de 34 anos, 58% das viaturas, mais de 20 anos, e a artilharia é composta de equipamentos, em sua maior parte, oriundos da 2ª Guerra Mundial. Acrescentou que há armamentos individuais com 42 anos de uso.

– É preciso entender que temos não só que manter como repor material, para fazer frente às novas ameaças, principalmente nas fronteiras. E isso não é paranóia. Temos que capacitar o Exército de forma permanentemente ajustada à estrutura política e estratégica do país – afirmou.

O projeto de lei orçamentária anual prevê, em 2008, recursos de R\$ 2,1 bilhões para o Exército, um aumento de 50% com relação a este ano, cujo valor orçamentário para a instituição foi fixado em R\$ 1,7 bilhão. Há uma melhora nesses investimentos, segundo o general, mas ainda é necessário

incrementar os recursos para o Exército e as Forças Armadas.

### Amazônia

O efetivo do Exército na Amazônia, de acordo com o general, era de 100 militares em 1970. Esse número foi subindo progressivamente, e, hoje, há 25 mil militares do Exército na região. A instituição tem feito várias transferências e reposicionamento de brigadas de outras regiões para atuarem na região.

A prioridade para a Amazônia, explicou o comandante, é a defesa externa, uma vez que a região representa mais da metade do Brasil, fazendo fronteira com sete países. Além de sua vasta extensão, a Amazônia – que é maior do que a maioria dos países no mundo – tem o maior banco genético e a maior província mineralógica do planeta.

O general informou que o sul do país também tem necessidade da atuação do Exército nas fron-

teiras. Já no Nordeste, acrescentou, os militares precisam fazer a defesa territorial.

– Há muitas desigualdades regionais no país, movimentos sociais e também uma infraestrutura deficiente. Há focos de instabilidade regional, insegurança urbana e áreas muito despovoadas, onde existe cobiça internacional e ameaça de terrorismo. Não podemos descartar esse fato. O Brasil deve consolidar um ato de estabilidade com países vizinhos e, para isso, tem que ter um Exército forte – enfatizou.

A audiência pública da CRE foi realizada em atendimento a requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da comissão. Natural do Rio de Janeiro, o general Peri é engenheiro de Fortificação e Construção do Instituto Militar de Engenharia, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e de Comando e Estado-Maior.



Marconi apresentou requerimento pela presença do ministro Alfredo Nascimento

## Ministro participará de audiência sobre ferrovia Norte-Sul

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem requerimento do seu presidente, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), para realização de audiência com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, sobre a construção da ferrovia Norte-Sul.

Também foi acolhido requerimento de Marconi para convidar os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) Ubiratan Aguiar e Walter Rodrigues, com o objetivo de debater irregularidades apontadas no Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – Exercício 2006.

Para discutir as dificuldades de implementação do programa de parcerias público-privadas (PPPs) do governo federal, foi aprovado requerimento do senador João Tenório (PSDB-AL).

Serão convidados o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho; o presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base, Paulo Godoy; o diretor da Unidade de Parceria Público-Privada do Ministério do Planejamento, Isaac Averbuch; e o chefe da área de PPPs e Setor Público do Citibank, Maurício Ribeiro.

## João Pedro registra início da 4ª Feira da Agricultura Familiar

A abertura da 4ª Feira da Agricultura Familiar do Brasil, em Brasília, foi registrada ontem pelo senador João Pedro (PT-AM), parabenizando o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pela iniciativa. Ele explicou que o Centro de Convenções Ulysses Guimarães abrigará, até domingo, 540 projetos em dezenas de estandes que apresentam alimentos e artesanato de assentamentos de todo o país.

## Indústria de Material Bélico terá modelo privado

A Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) deverá adotar nova estrutura e modelo de funcionamento. Está sendo feito um estudo nesse sentido com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), informou ontem o Comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A partir de um questionamento do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), o general afirmou que a Imbel passa por dificuldades financeiras devido à carência de encomendas. A empresa, informou Peri, exporta muitos armamentos e pistolas que são, inclusive, materiais adotados pelo FBI, nos Estados Unidos, e só não exporta mais porque não tem capacidade de produção.

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, informou, segundo o general, que a indústria de defesa deverá ser inserida na agenda nacional. A idéia básica é de, em vez de adotar o modelo estatal, desenvolver uma indústria privada de defesa que poderá, inclusive, se associar a grupos estrangeiros.

A possibilidade de associação dessa indústria a grupos estrangeiros, disse o general, ainda é uma



Comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, expõe fragilidades da Força em audiência pública perante senadores da CRE

proposta em maturação.

– A associação com grupos estrangeiros poderá acontecer, observados determinados limites. Mas isso ainda é imaturo, é só uma observação minha – comentou.

Dornelles elogiou a exposição do comandante na CRE e disse que será um aliado do senador Edison Lobão (DEM-MA) na luta para fortalecer as Forças Armadas. Lobão enfatizou que o Congresso deve ter responsabilidade de melhorar a situação das Forças Armadas, cujos recursos têm sido baixos no Orçamento da União.

– Vejo com tristeza que, hoje, temos armamentos que são da 2ª Guerra Mundial. Essa situação não pode continuar, pois somos um país rico – afirmou Lobão, acrescentando ainda que os mi-

litares recebem baixos salários, o que favorece uma evasão cada vez maior do contingente das três Armas.

O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), observou que a comissão vem realizando várias audiências públicas com comandantes das Forças Armadas para chamar atenção do Congresso e do Executivo sobre a situação desse setor.

– Ficamos estarecidos com o quadro nas três Armas – disse.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também lamentou a fragilidade em termos de posição estratégica com relação aos demais países latino-americanos, devido à falta de recursos das Forças Armadas.

– Se estivéssemos vivendo

momentos mais graves, como já vivemos no passado, com a Guerra Fria, não poderíamos realizar essas sessões, a não ser que fossem secretas, dada a fragilidade com que nossas Forças Armadas estão se apresentando – frisou Valadares.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reconheceu que o território nacional é muito grande e precisa da presença do Exército, especialmente nas áreas de fronteira.

Suplicy quis saber da situação das tropas brasileiras no Haiti. Peri respondeu que houve avanços nas condições daquele país, mas que ainda há precariedades, com grande número de indigentes, e que o país levará pelo menos dez anos para se reestruturar, conforme previram autoridades da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional, parlamentares criticam exclusividade do Banco do Brasil como único operador dos empréstimos

## ▼ Fundo recebe recursos do IR e do IPI

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado, juntamente com os fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), a partir da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o artigo 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição de 1988. A Constituição determina que sejam destinados 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e lucros de qualquer natureza e sobre produtos industrializados – Imposto de Renda e IPI – para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com o artigo 6º da Lei 7.827, dos 3% da arrecadação daqueles impostos, 0,6% é reservado para o FCO. Do restante, 1,8% é distribuído ao FNE e 0,6% ao FNO.

O objetivo do FCO é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal –, mediante financiamentos direcionados às atividades produtivas, voltadas aos setores econômicos industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços. O programa de financiamento busca aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda.

Podem solicitar financiamentos pelo FCO, ao Banco do Brasil, produtores rurais, firmas individuais, pessoas jurídicas e associações e cooperativas de produção, que desenvolvam atividades nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infra-estrutura, comercial e de serviços.

O FCO é administrado pelo Ministério da Integração Nacional, pelo Banco do Brasil – como agente financeiro – e pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO).

# Senadores pedem liberação dos recursos do Fundo do Centro-Oeste

Senadores da região Centro-Oeste – que participaram ontem da audiência pública que tratou do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – reiteraram os pedidos de que sejam ampliadas as liberações de recursos desse fundo. A reunião foi promovida pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Os parlamentares também querem que outras instituições passem a intermediar os repasses do FCO, atividade que atualmente está concentrada com o Banco do Brasil – o fundo está vinculado ao Ministério da Integração Nacional, mas é esse banco que atua como seu agente financeiro.

O FCO foi criado em 1989 por uma lei que regulamenta o artigo

159 da Constituição federal. De acordo com o Ministério da Integração Nacional, o fundo tem o objetivo de financiar os setores industrial, agroindustrial, agropecuário, mineral, turístico, comercial e de serviços no Centro-Oeste.

Conforme o senador Jonas Pinheiro (DEM-MT), o saldo de recursos não-contratados do fundo em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 1,06 bilhão. Ele mencionou ainda que a programação monetária do FCO para 2007 prevê a disponibilidade de R\$ 2,78 bilhões. Mas que, até o início deste mês, ainda estariam com o Banco do Brasil cerca de R\$ 1,1 bilhão em recursos não-contratados.

– Assim, nos nove primeiros meses deste ano, somente foram contratados em torno de 40% da

verba alocada pelo Tesouro Nacional – destacou ele, acrescentando que isso representa “um baixo percentual de contratação”.

O presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, ressaltou que o “bom retorno dos financiamentos” e a influência de variáveis como clima e preço sobre a carteira de crédito de 2004 e 2005 estariam entre as causas dessa ociosidade.

Já a senadora Lúcia Vânia disse que “há unanimidade”, entre os senadores da região, quanto à idéia de que outras instituições financeiras também devem repassar os recursos do FCO. Ela frisou que o fundo será fundamental para a Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco).



Em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional, senadores reclamam do baixo percentual de contratação do fundo

## Lúcia Vânia: estados deveriam se responsabilizar pelo FCO

A presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senadora Lúcia Vânia, declarou ontem que o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) deveria deixar de ser operado pelo Banco do Brasil para ficar sob a responsabilidade dos estados da região Centro-Oeste.

A senadora fez a afirmação após ressaltar que é a relatora do projeto de lei que cria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco).

– O governo federal nos acenou com a criação de um fundo de desenvolvimento regional, no qual estaria incluído o FCO e mais um aporte de recursos, e que seria a base da Sudeco – afirmou ela em entrevista à Agência Senado.

De acordo com a parlamentar, se a operação do FCO fosse transferida para os estados, poderia ser constituído um conselho interestadual para coordenar suas ações.

Lúcia Vânia disse também que “a retirada do FCO do Banco do Brasil deveria ocorrer não apenas por causa das dificuldades em relação à liberação de recursos, dos problemas de caráter burocrático, mas também porque seria uma forma de fomentar o desenvolvimento da região”. Ela referia-se tanto à Sudeco como às críticas que alguns senadores fizeram à atuação do Banco do Brasil como único operador dos empréstimos do FCO.

Jonas Pinheiro, por exemplo, criticou o fato de que o banco não estaria sendo capaz de contratar to-

dos os recursos que o fundo oferece e de os empréstimos do FCO serem controlados apenas pelo Banco do Brasil, em vez de também serem operados por outras instituições. Ele salientou que a questão é de “grande interesse para os produtores rurais”.

Já Jayme Campos (DEM-MT) frisou que “há uma insatisfação” com a morosidade nos repasses e que “é necessário dar velocidade às aplicações do fundo”.

Lúcia Vânia assinalou ainda que espera ver o projeto que cria a Sudeco aprovado no Congresso até o fim do ano. Essa matéria tramita no Senado como PLC 119/06. Se sua expectativa se comprovar, ela estima que a superintendência começará a funcionar por volta de junho de 2008.

## Contratações somam R\$ 13 bi desde 1989, diz presidente do BB

O presidente do Banco do Brasil, Antonio Francisco de Lima Neto, declarou ontem que o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) contratou quase 405 mil operações desde que foi criado, em 1989, até agosto deste ano. O valor total dessas operações, de acordo com ele, atingiu R\$ 13 bilhões. Antonio Francisco Neto disse ainda que isso teria resultado, segundo estimativas do Banco do Brasil, em 1,7 milhão de empregos “gerados ou mantidos”.

Conforme informações do presidente do Banco do Brasil, em 2001, 76% do total de recursos do fundo provinham de ingressos realizados pelo governo federal, enquanto 24% tinham origem em retornos de operações realizadas com o próprio FCO. Já em 2006, 58% provinham de ingressos do governo federal e 42%, dos retornos.

– Isso significa dizer que os empréstimos estão indo, apoiando empreendimentos e capital de giro, e voltando – ressaltou.

Outro dado apresentado por Antonio Francisco Neto na audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) refere-se à forma como os recursos são distribuídos: 17,1% para o Distrito Federal; 26,1% para Goiás; 26,1% para Mato Grosso; 20,7% para Mato Grosso do Sul; e 10% para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Reforma Agrária (Pronaf-RA).

O presidente do Banco do Brasil assinalou que os critérios dessa distribuição são definidos pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel-FCO).

### Agilidade

Antonio Francisco de Lima Neto destacou ainda que o Banco do Brasil implantou, no início deste mês, um novo modelo de fluxo de operações, com o objetivo de agilizar esses processos – uma das reclamações dos senadores presentes na audiência se referia à demora na análise dos projetos. O dirigente afirmou que “havia propostas com mais de 300 dias em análise”.

– Agora, já temos, para alguns casos, uma redução para 35 dias – ressaltou.

O presidente do Banco do Brasil informou também que está em estudo o repasse de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para outras instituições – outra demanda apresentada pelos senadores.